A ARTE E TRADIÇÃO NA OLARIA DE S. PEDRO DO CORVAL

Antónia Fialho Conde
Historiadora

GOSTAVA DE SABER

Gostava de saber
Se o poema pode ser
Uma peça de olaria?
Dirão…talvez possa
São fruto de gente nossa
Com as cores do dia-a-dia
São fruto do pensamento
E trabalho manual
Filhos do mesmo Corval
Pode um soneto querer
Tomar novo formato
Em doze sílabas caber
Entre as papoilas de um prato?
E uma quadra redondinha
Entre girassóis estivais
Ir beber à cantarinha
Outras águas florais
Que a pintora desenha
Com alma e devoção
Que só o saber engendra
Na loiça do coração?
Claro…que podem dirão
São ambos filhos do povo
Onde o barro é tradição
E o Poema não é novo
Com a vossa permissão…
E o cordão umbilical
O Poema é vosso irmão
Filho amante do Corval.

Manuel Sérgio
Reg./maio 2013

A história da cerâmica em Portugal, nela se compreendendo nomeadamente a olaria e a faiança, conta com valiosos estudos especialmente desde finais do século XIX e que os séculos XX e XXI têm sabido prolongar, numa perspetiva pluridisciplinar e abrangendo períodos históricos distintos. A partir destas abordagens, umas de cariz mais técnico, outras com grande preocupação em termos de fundamentação histórica, baseando-se nos *Regimentos* dos ofícios (oleiros de louça tosca ou de louça vidrada, telheiros, tijoleiros, talheiros); em determinações foralengas (nos forais manuelinos da região, estabelecia-se a compensação económica para os proprietários das terras donde fosse retirado o barro e que perdiam as novidades ou a aferição das medidas e das formas para tijolos); em *Posturas* municipais (determinando a composição das pastas argilosas, o rigor das cozeduras, a preparação dos artífices, o controlo da produção, as normas de comercialização); em descrições de época (caso do *Sumário das Notícias de Lisboa*, de Cristóvão Rodrigues de Oliveira ou *Livro das Grandezas de Lisboa*, de Frei Nicolau d'Oliveira) ou chamando a atenção para o significado dos acordos comerciais (caso do Tratado de Methuen) na decadência das oficinas e da sua identidade artesanal (abrindo portas às influências francesa e inglesa e à introdução da pastilhagem, da estampagem, das formas e moldes, significando a industrialização do setor[1]), o manancial de informação a que temos acesso é notável.

[1] De norte a sul do país, seriam entre 25 a 30 o número de fábricas de cerâmica existente, com características concorrenciais com as suas congéneres europeias, dadas as leis protetoras de Sebastião José de Carvalho e Melo. Cf. João Barreira, (ed. de), Arte Portuguesa – Artes Decorativas, Lisboa, Ed. Excelsior.

CANTARINHA TOSCA
DE PÉ DE SALVA
Coleção da Junta
de Freguesia de Corval
Fotografia João Fructuosa,
cedida pela Câmara Municipal
de Reguengos de Monsaraz

Esta diversidade de informação, e sua confrontação, deverá sempre ser tida em conta quando nos pronunciamos sobre um caso específico – na presente abordagem, o centro oleiro de S. Pedro do Corval – devendo ser entendido num contexto regional e, em última instância, enquadrado no panorama nacional.

Para a olaria na região de Évora e da sua excelência no vasilhame poroso, partimos de dados já suficientemente sedimentados: *"(...) A causa desta superioridade deve estar na qualidade da matéria-prima e na longa convivência com os mouros. Estes, artistas consumados e muito práticos em tudo quanto se refere a serviços de água, afinariam porventura a habilidade técnica, fecundariam a fantasia e aumentariam o tino estético dos operários, de resto já muito adiantados pela romanização. (...)"*[2]. Um reconhecimento similar é feito por Orlando Ribeiro, explicando como o Alentejo teve condições para desenvolver a chamada "Civilização do Barro", aliando a planura dos solos ao clima seco, provada na região desde tempos pré-históricos, marcando a tradição na escolha das formas, técnicas e materiais.

S. PEDRO DO CORVAL E A TRADIÇÃO OLEIRA

"A 6 Km de Reguengos, em terrenos ubérrimos, batidos de sol, inundados de luz, topa-se um amontoado de casas pequenas, de frontarias brancas, no meio de viçosos pomares, laranjais e olivedos. Mais ao largo as searas cintam aquela terra desconhecida, formando-lhe o encadrement preciso para que melhor resulte, em sua beleza, a povoação. (...) Aldeia do Mato tem quase dois mil habitantes (...)"
Ilustração Alentejana, 1928

Aldeia do Mato foi a designação, até 1948, da aldeia de S. Pedro do Corval, sede de freguesia do concelho de Reguengos de Monsaraz; o decreto do governo desse ano (no Diário do Governo, I série, Decreto 37064) efetivava a vontade da população que, desde o século anterior, usava já essa denominação. Ela inspira-se na designação da capela curada de S. Pedro do Corval, com documentação organizada desde 1620, sita na ermida de S. Pedro, orago de Nª Srª do Rosário, a cerca de 2 km da atual sede de freguesia. Até surgir a nova matriz em inícios do século XIX, era a essa capela curada que acorriam fregueses vindos das aldeias vizinhas: Carrapatelo, Aldeia do Mato, Baldio, Barroqueira, Ovelheiros, Espinhais. É também a partir dos seus registos de matrimónios, casamentos e óbitos que é possível recolher importantes elementos para a história da aldeia e relacioná-los com a atividade oleira. A documentação testemunha um aglomerado populacional com origens diversas e de distintas matrizes culturais, dada a presença de escravos (homens e mulheres de cor) ou a existência de casamentos entre espanhóis ou mancebos de fora (Torres Novas, Guarda, Vila Real, Viseu, Lamego, Águeda, Odemira, Algodres, Gouveia, Colos, Alcáçovas, Monforte, Juromenha, Ervedal, Estremoz, S. Miguel de Machede, Mourão, Safara, Terena, Vera Cruz...) com mulheres da freguesia. Houve também casais que não eram oriundos da freguesia nem tinham a mesma localidade de origem e que aqui se estabeleceram (desde o Porto à Guarda, passando por Redondo, Espanha e mesmo pelo Brasil) que permitem entender a presença de alguns apelidos e que a história acabou por ligar à atividade oleira. Sublinhemos, porém, que a documentação é escassa no que respeita à citação de ofícios, particularmente de oleiros (surgem referências a hortelão, pastor, moleiro, sapateiro, curtidor, alfaiate, abegão, porqueiro, carreiro, tendeiro, barbeiro, sangrador, e atalaio), além dos lavradores e proprietários de herdades, claramente mais nomeados[3].

Por outro lado, se a presença das peças de barro na região em contexto doméstico e cultual tem sido convenientemente frisada nos estudos arqueológicos, essa presença regista-se já no século XVI ligada ao culto cristão. O Livro da *Visitação do Bispado de Évora* de

[2] Carolina Michäelis de Vasconcelos, Algumas palavras a respeito de os púcaros de Portugal, Coimbra, 1927, pp. 69-70. Temos também que o re-gisto da atividade oleira na região está, na Idade Média, muito ligada aos mouros forros (A.N.T.T., Chancelaria de D. Duarte, Liv. I, fls. 202, 203), sendo que os oleiros, no período moderno, surgem referidos em muitos processos inquisitoriais acusados de apostasia, heresia e judaísmo (A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Évora, processos 8492, 2875,1420, 9396, 3629, 6073, 9075, 9999, 10996, 8592, 1277, 1816, 3081).
[3] Antónia Fialho Conde, Mãos que criam. A olaria em S. Pedro do Corval, col. "A nossa história", vol. III, Ed. Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, 2013.
[4] Biblioteca Pública de Évora, Cód. CXXIII/1-1.

1534[4] recomenda que em algumas capelas curadas das redondezas se substituam as pias batismais por serem de barro; foi o que sucedeu em Santa Maria da Caridade, cuja fundação remonta ao século XV, e em S. Marcos do Campo, onde o Visitador mandou aos fregueses *"(...) da dita capella que ponhão nella hua pia de pedra bem feyta e que quebrem a que ora tem de barro e a enterrem no adro (...)"* [5] .

Durante o período da Guerra da Restauração, as populações residentes conheceram sérias dificuldades com as incursões castelhanas; o período sucedâneo, de estabilidade, viria a refletir-se no crescimento demográfico a partir de meados do século XVIII. Os inquéritos industriais de 1890 referem para o concelho de Reguengos de Monsaraz, no capítulo dedicado à cerâmica, a existência de trinta e oito olarias; em 1895, na Ata da Assembleia de Reguengos em que foram nomeados os cidadãos eleitores e elegíveis por freguesias, em relação a S. Pedro do Corval, dos 188 nomes apontados, 8 são oleiros, sendo a segunda ocupação mais referida, a seguir aos proprietários agrícolas.

Os ritmos do século XX e o surgir de novos materiais, técnicas e recursos no quotidiano das populações ditou uma cada vez maior dificuldade na sobrevivência da olaria tradicional, pensada para o uso doméstico, para armazenagem de grandes quantidades de líquidos ou ainda para fornecimento de materiais característicos nas construções especialmente a Sul: *"(...) A cerâmica é um dos legados que a cultura islâmica, ao retirar-se, deixou na costa mediterrânica. (...) É uma arte dos pobres, a cerâmica: feita de terra, de um pouco de cor e de fogo. Mas não é uma arte pobre; bem pelo contrário, ela é tanto mais sumptuosa à vista quanto mais simples é a matéria e o seu artifício. Mas é exactamente porque os materiais são pobres que mais requintado é o esplendor da cor e do vidrado.*
É quase uma desforra da riqueza da fantasia sobre a riqueza material."
Giulio Carlo Argan[6]

Na tradição oleira de S. Pedro do Corval encontramos testemunhos de influências mediterrânicas, na sua maior parte de origem greco-romana (talhas, cântaros, panelas...) e árabe (alguidares, peças para resguardo de água...) de linhas elementares e simples, respeitando equilíbrios e proporções ancestrais e sabendo aliar à produção endógena as influências mediterrânicas propiciadas pelas emergentes rotas comerciais que chegaram ao Sul do território português. Presentes nos momentos cruciais da vida dos povos (construção, armazenagem, refeições, culto), os testemunhos cerâmicos perduram, por oposição a outros menos resistentes (tecidos, madeiras); assim se propicia o facto de a olaria alentejana ser uma arte herdeira de saberes diversos, provando a dinâmica das trocas de saberes através da circulação de mestres e técnicas - os oleiros bizantinos trabalharam na Europa durante a Idade Média, os mestres árabes permaneceram na Península mesmo depois da Reconquista. Nas formas ainda hoje produzidas se encontra a presença dessa memória enquanto elemento permanente assegurada pelas mãos do mestre oleiro, sendo que as contingências dos ritmos civilizacionais também agora, a exemplo de outros contextos epocais, marcam a obra final que une o permanente e o contingente.

O século XX trouxe consigo um ritmo acelerado também no que respeita à olaria, sendo essencial encontrar-se, nos dias de hoje, uma matriz identitária que preserve e salvaguarde esta atividade que comporta em si uma dualidade tão complexa, ao conjugar os domínios do património material e intangível. Em S. Pedro do Corval, em inícios do século, 1905, eram 30 as olarias, sendo 4 de talhas para o vinho e 6 para a aguardente, provando-se o que Albert Silbert[7] já assinalara. Em 1927 faziam publicidade na imprensa regional oito olarias, sendo três delas de talhas. Em 1950 o número de olarias sobe para quinze (três de talhas), sendo que significativas alterações e aperfeiçoamentos começaram a ter lugar na década de Quarenta, com a aposta numa melhor aplicação de tintas, de um mais exigente pro-

[5] Biblioteca Pública de Évora, Cód. CXXIII/1-1, fl. 183.
[6] Cf. Rafael Salinas Calado, "A cerâmica na arquitectura portuguesa", in Adágio – Revista de Arte e Cultura, Ano I, Série 1, Jan./Fev. 1991, p. 17.
[7] Cf. Albert Silbert, Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime, 2ª ed., col. « Textos de História -1 », Lisboa, I.N.I.C., 1978, Vol. III, Mapa 15; neste Mapa, Corval surge como centro de exportação vinícola e como local de circulação do vinho no eixo Évora/Moura.

IDENTIFICAÇÃO
DA OFICINA DE TALHAS
S. Pedro do Corval
Aldeia do Mato
Coleção da Juntade Freguesia
do Corval
Fotografia João Fructuosa,
cedida pela Câmara Municipal
de Reguengos de Monsaraz

RODA DE OLEIRO
S. Pedro do Corval
Fotografia João Fructuosa,
cedida pela Câmara Municipal
de Reguengos de Monsaraz

cesso de enfornas, de louça melhor acabada; os grandes potes continuavam a ser produzidos e, vinte anos depois, assinala-se a atividade de 24 olarias (uma de talhas)[8]; emergiram novas formas de decoração e uma maior aposta nas peças vidradas, consumando a década seguinte, a de Setenta, a proliferação de novas peças e uma decoração mais apurada, mercê da maior paleta de cores à disposição, embora com um menor número de oficinas (18), registando-se gradualmente o primado das peças decorativas sobre as utilitárias.

Se a entrada na vida das populações de materiais mais resistentes (como o plástico) exigia que a atividade oleira se tornasse competitiva, isso aconteceu com a maior aposta, nos anos oitenta do século passado, na vertente decorativa das peças, propiciando o surgir de novas soluções a nível de motivos, de cores e de formas produzidas entre as 33 oficinas de olaria que então laboravam na aldeia; até à viragem do século e do milénio, com ligeiras oscilações, o número de oficinas rondou as três dezenas. Atualmente são 22 em funcionamento, mas o número de mestres oleiros escasseia e os aprendizes não existem. Lembremos que desde cedo se fez sentir nas oficinas a atração por novas técnicas e recursos, nomeadamente a introdução de maquinaria no processo de produção, fazendo perigar irremediavelmente a identidade da produção local.

Paralelamente, contingências de vária ordem impossibilitam a recolha da matéria-prima dos campos vizinhos da aldeia[9] nos habituais meses de Julho e Agosto (esgotamento de *barreiros*, privatização de propriedades, entre outras). Esta perda implicou que tarefas associadas à obtenção do barro capaz de ser trabalhado na roda de oleiro também caíssem em desuso: misturar o barro com água com a ajuda dos tradicionais *falheiros* no *tino*, coar a *calda* obtida (inicialmente por uma camada espessa de giesta e mais tarde por um joeiro, o *arneiro*) para o tanque, onde secava, levantar o barro e armazená-lo em recinto coberto onde ia sendo retirado ao longo do ano pelo mestre oleiro à medida das necessidades para depois ser amassado. Nos tempos que correm, o mais usual é o recurso a argilas já tratadas, amassadas antes da feitura das peças. Esta situação é transversal a diversos centros oleiros, daí que a antiga vocação desses mesmos centros em termos de produção – *louça para fogo, louça para água,* grandes *potes, louça aberta*… - esteja hoje muito mais uniformizada, dado a produção, como já assinalámos, privilegiar a louça decorativa.

Também em S. Pedro do Corval o uso da roda de oleiro é apanágio de trabalho manual, sendo que a sua introdução e utilização no território nacional se processa no período proto-histórico, possibilitando um acréscimo na produção e um virar de página na morfologia e tipologia das peças. A roda, até há cerca de setenta anos mais pesada e feita integralmente em madeira, associa-se à bancada ou *arquina*, onde está o *louceiro,* onde o oleiro molha as mãos quando necessário, a *alpanata* (pedaço de feltro), um pedaço de cana cortado para auxílio na modelação, algumas *bitolas* e ainda um fio de arame que auxilia na separação da peça já feita da *péla* e a *raspadeira*, para manter limpas a *cabeça* da roda e a *arquina*. O oleiro *rodista* (cada vez mais raro, dada a utilização dos já citados moldes) elabora a peça, separando-a da *péla*, estabelecendo-se, a partir daí, a grande divisão nas peças produzidas: as peças *toscas* e as peças *vidradas*, com distintos tipos de *engobe*. Esta divisão era mais significativa em períodos anteriores, dada a importância que tinha a louça tosca no conjunto da produção.

Dentro das peças toscas, as produzidas com intuito de armazenagem de água (*cântaros* e *barris*) eram engobadas com *almagre* (espécie de argila muito avermelhada, rica em óxido de ferro), e só depois eram cozidas; outras peças toscas (*tarefas, tinocos*), não levavam qualquer engobe, e só depois de cozidas eram pesgadas (conservação de azeitonas e vinho) ou enceradas (conservação de aguardente, do azeite, dos enchidos), conforme a sua finalidade. Qualquer dos engobes era

[8] Em 1961, Orlando Ribeiro fala da aldeia como sendo uma "progressiva aglomeração", com "ruas calcetadas, no meio de searas de trigo, olivais e montados (…) com 4500 habitantes; as casas são geralmente de taipa e tijolo. (…) Há na aldeia umas 18 olarias, que fabricam tijolo e lambaz, telha e louça grosseira, alguma vidrada. Um único homem, de três ou quatro que há memória, faz ainda talhas para o vinho, arte que o pai, o avô e os antepassados há muito vinham exercendo. (…)". Orlando Ribeiro, Geografia e Civilização – Temas Portugueses, Lisboa, 1961, p. 48.

[9] A aldeia localiza-se numa área de vale, com um manto argiloso de argilas comuns (barros vermelhos), com composições distintas (distinguindo os oleiros zonas onde se recolhia o barro grosseiro ou magro, para baluartes, e o barro fino, gordo, ou barro para a roda especialmente vocacionado para bilhas para água). Era inicialmente transportado para a aldeia em golpelhas de palma no dorso de burros.

SALADEIRA VIDRADA
Coleção da Junta
de Freguesia de Corval
Fotografia João Fructuosa,
cedida pela Câmara Municipal
de Reguengos de Monsaraz

ALGUIDAR
Coleção da Junta
de Freguesia de Corval
Fotografia João Fructuosa,
cedida pela Câmara Municipal
de Reguengos de Monsaraz

amassado e misturado com água, formando calda que se coava através de um joeiro de seda, e com eles se *tingiam* as peças.

Também para as peças vidradas existiam duas espécies de engobe: a *tinta branca* (caulino, extraído de zonas próximas ricas em mármore) ou *tinta vermelha;* estas últimas eram normalmente decoradas com *tinta branca* (pintas, linhas circulares), cozidas (cozedura de chacota), sacudidas e sujeitas à segunda cozedura (*de vidro*), com *zarcão* (que conheceu importantes evoluções desde o uso do óxido de chumbo até ao uso de produtos com menor presença de chumbo, sendo que as normas atuais vigiam a utilização de chumbo na vidragem das peças). Havia ainda as peças *tingidas a branco* (com caulino), e que se destinavam a ser riscadas e decoradas. Atualmente, mantém-se sobretudo o *tingir* das peças em caulino para posterior decoração.

O processo da decoração das peças também conheceu importantes transformações[10]. À trilogia inicial a que se limitava a paleta de cores disponível – o vermelho (óxido de ferro), os amarelos (bicromato de potássio e óxido de crómio) e o verde (sulfato de cobre) – até meados da década de setenta, juntar-se-iam o óxido de cobalto (azul) e o óxido de manganês (castanhos). Mais uma vez, a profusão das tintas cerâmicas a partir dos anos oitenta viria a possibilitar maior diversidade da decoração das peças. Um dos exemplos mais significativos a este nível foi o surgir, em S. Pedro do Corval, da chamada *louça azul*, numa das oficinas da aldeia, a Olaria M. Beijinho, e que inicialmente este mestre oleiro conseguia obter no forno a lenha, embora a cor exigisse altas temperaturas. A implementação de fornos elétricos ou a gás facilitou esta tarefa, bem como o surgir de outras experiências no domínio da decoração, como foi o caso da chamada *louça opaca*, na Olaria Patalim.

A gramática decorativa das peças é hoje muito rica, reconhecendo cada vez mais os oleiros o interesse em criarem alguma autonomia precisamente em relação à decoração, dirigindo-se a públicos específicos e individualizando as suas produções.

Por outro lado, persiste ainda em algumas oficinas a produção de peças toscas e de peças vermelhas vidradas, produção especificamente dirigida a quem procura produtos tradicionais, por exemplo para a confeção ou empratamento de pratos regionais.

Atentemos ainda numa outra vertente do uso do barro em S. Pedro do Corval, a cerâmica de construção, e que ainda hoje permanece. No Sul do país, devido à mais prolongada presença árabe,

[10] Inicialmente, os motivos eram pintados diretamente nas peças, e não riscados a prego, constando essencialmente de flores.

muitos dos elementos estruturantes e acessórios usados na construção são cerâmicos: os tijolos e os ladrilhos (pavimentos, revestimentos, coberturas, decoração de varandas, tanques, fontes, chaminés). É neste domínio que se regista uma maior continuidade em termos do processo produtivo. Para a produção de baluartes ou lambazes (onde se enquadravam as *baldozas*, os *adobes*), o barro era amassado e misturado com a enxada; para telhas e tijolos já havia barro de escolha, amassado à mão[11]. Assim, desde a recolha da matéria-prima e seu tratamento (mistura de argilas e terras arenosas, estando estas últimas mais presentes em peças onde se exige maior porosidade e menos plasticidade nas pastas), à feitura das peças em formas de madeira (embora com formatos mais variados), ao uso dos fornos a lenha atingindo temperaturas entre os 750 e 800 graus, mantém-se as características essenciais destas peças, embora se registe o auxílio de máquinas no amassar das argilas ou de sistemas de ventilação para maior rapidez nas secagens. A telha de canudo também continua a ser produzida, embora com pouco significado; a recuperação de imóveis recorrendo às técnicas e produtos tradicionais, além da sua aplicação com intuitos decorativos, assegura a continuidade deste setor na aldeia.

PERDIDAS E … IRRECUPERÁVEIS?

Muitas são as peças, talvez demasiadas, que atualmente fazem apenas parte da memória dos mestres oleiros, das gentes da aldeia, e dos que, em contextos diversos, as adquiriam ou ainda preservam em suas casas.

[11] Existiam em redor da aldeia fornos de obra em várias herdades (Barrocal, Duque, Amoreiras, Azinheira), sendo atividade sazonal de homens (cavar e amassar o barro, fazer os baluartes, adobes ou tijolos, empilhá-los para secagem, cozedura) e mulheres (baldeação da eira até aos fornos, raspagem antes da cozedura, enforna).

ABÓBADA COM APLICAÇÃO DE TIJOLO
Fotografia João Fructuosa, cedida pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz

SECAGEM DE PEÇAS TOSCAS
BARRIS GANADEIROS
Fotografia João Fructuosa,
cedida pela Câmara Municipal
de Reguengos de Monsaraz

POTE PARA VINHO
(TALHA)
Fotografia João Fructuosa,
cedida pela Câmara Municipal
de Reguengos de Monsaraz

A louça de uso doméstico é hoje pouco procurada, significando o desaparecimento de peças como os alguidares (do grande barranhão aos covilhetes para doçaria), as tarefas, as panelas e chocolateiras, os cântaros e cantarinhas, os barris, os tinocos, os ferrados, as tigelas de fogo, os graciosos mouringues, a louça "de esmalte" … até aos grandes potes ou talhas, para citar apenas alguns. Outras houve que se converteram à sua vertente eminentemente decorativa (podendo, porém, ser utilizados no quotidiano das populações), como os pratos, que, menos fundos que na origem, se vocacionam sobretudo para a decoração, surgindo novas formas que, se se adequam à procura, arriscam a identidade da produção local.

MOURINGUE
Coleção da Junta de Freguesia de Corval
Fotografia João Fructuosa, cedida pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz

A produção dos grandes potes, descendentes dos *dolia* ou *linacula* romanos encontrados por Solange Parvaux na década de 60 em S. Pedro do Corval, e que, no dizer de Orlando Ribeiro provavam na aldeia, tal como noutros locais do Alentejo, a grande divisão entre os oleiros de *obra grossa* e os de *obra miúda*, é hoje inexistente, dado que os potes produzidos não têm capacidades tão grandes (até 2000/2200 litros). Trata-se de um produto a que também a sociedade encontrou alternativas em materiais menos sensíveis, perdendo-se uma das suas funções essenciais: os potes serviam de medidas, tal como os cântaros (daí, neste grupo, a existência do cântaro de *quarta* – ¼ de alqueire ou almude -, do cântaro de *terceira* ou *quartinha*, do cântaro de *quinta*, de *dedada* ou *almudeiro*…), sendo nomeados ainda, em finais do século XIV em Évora, o cântaro talheiro[12].

Assim, ao desaparecimento das peças está associado um conjunto de práticas (*asar, emborcar, pesgar*, o uso da palmatória e da foice nos grandes potes) que faziam parte da aprendizagem dos oleiros, bem como de todo um vocabulário associado, por exemplo, aos lotes das peças que, também ele, se vai tornando cada vez mais raro: as tarefas designavam-se de acordo com os alqueires suportados (2; 1,5; 1; meio alqueire e quarto de alqueire); as panelas, asados e chocolateiras, segundo os vinténs a que era vendida a dúzia (12, 9, 8, apenas para as panelas, 7, 4 e 3) … Paralelamente, encontramos cada vez mais dispersos e em desuso os fornos a lenha (fornos de duas bocas, fornos circulares ou quadriláteros, fornos de potes), os tanques e *tinos*, mas também as rodas de oleiro nas *arquinas* e todo um manancial de utensílios presentes no *saber-fazer* da peça de barro.

É a estes testemunhos - conhecimentos e aptidões ligados à olaria, mas também instrumentos, objetos, artefactos e espaços que lhe estão associados –, reconhecidos pela comunidade local como fazendo parte integrante do seu património e por ela recriados, que devemos dar continuidade, atendendo às recomendações da Convenção da Unesco de 2003 sobre Património Cultural Imaterial. Esta Convenção frisa que a preocupação dominante não se deve centrar apenas na preservação dos objetos produzidos (o mais tangível dos

[12] Gabriel Pereira, Documentos Históricos da Cidade de Évora, pp. 127-154.

PEÇAS DE OLARIA
PRODUZIDAS ATUALMENTE
S. Pedro do Corval
Fotografia João Fructuosa,
cedida pela Câmara Municipal
de Reguengos de Monsaraz

domínios no universo do Património Cultural Imaterial), mas na preocupação em garantir a continuidade da atividade pelos artesãos, de molde a potenciar a transmissão do saber-fazer específico e identitário de cada arte. Aqui se enquadra uma das principais ameaças à produção oleira artesanal: a diminuição dos aprendizes, sendo que todo o trabalho em termos do seu registo (fotografia, inventariação, videogramas, investigação), da sua promoção/divulgação (turismo de descoberta; apostas que articulem arte, património, restauração e cultura, como é o caso das rotas; certames e exposições; recursos interativos; unidades de cariz museal), do reconhecimento da sua matriz identitária (através da atribuição de selos de qualidade à produção em roda de oleiro), mas também o incentivo à criatividade, serão, por si só, um valioso contributo para a sua salvaguarda.

Estas medidas devem apostar no produto local, aproveitando a qualidade e exclusividade, mas também a capacidade de inovação, com vista a encontrar um equilíbrio entre a salvaguarda do existente e do que ele em si comporta de dinamismo e mudança. Em S. Pedro do Corval, os caminhos do futuro deverão ser pensados de molde a que a comunidade oleira seja parte ativa e interessada, integrando antigos e atuais mestres oleiros e jovens que se interessem pela atividade, devendo ser asseguradas as condições que permitam a sobrevivência das oficinas que optarem pelo processo de produção artesanal.